

## 5- RELATÓRIO SOBRE AS CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Ilmo e Exmo Sr:

Acontecendo quase sempre que os Avisos circulares das Secretarias de Estado exigindo informações para os Relatórios dos Srs. Ministros, chegam muito tarde a esta Presidência para se poderem cumprir em tempo oportuno; julgo dever antecipar-me fazendo presente a V. Excia. o que me ocorre acerca dos diversos ramos da Repartição a cargo de V. Excia., nesta Província. Tratando-se desses objetos, seguirei a ordem que me indicar o último Relatório apresentado por V. Excia. à Assembléia Geral Legislativa.

**LIMITES PROVINCIAIS** – Não há determinação precisa e legal dos limites desta Província com as do Pará e Goiás, nem mesmo com a de São Paulo, suposto que geralmente se considere como tal a divisa natural do rio Paraná. O que diz respeito a Goiás fez o assunto de meu ofício n. 21 de 5 de abril do ano próximo findo. Quanto ao Pará, não há por ora maior urgência, pois que a linha divisória tem de correr por terrenos poucos conhecidos e habitados tão somente por indígenas selvagens.

**PALÁCIO PROVINCIAL** – Em ofício n.40 de 20 de junho último, expuz a V. Excia. que o Palácio da Província carecia de reparos, mobília e adornos, para o que me parecia conveniente uma consignação de dois a três contos de réis.

Não tenho acanhamento de reiterar este pedido, pois que, não fazendo a minha residência habitual no mesmo Palácio, não receio que considerações de pessoal cômodo me iludam a respeito da conveniência da mencionada despesa. Entretanto, os reparos mais urgentes hão de fazer-se à custa da módica quantia de três contos de réis consignada pelo Ministro para reparos da casa da tesouraria.

**INSTRUÇÃO PÚBLICA** – Em cada uma das freguesias da Província há uma aula de primeiras letras, criada por Lei Provincial; na capital há mais uma para meninas. O ensino em geral é preciso pela falta que se sente de quem tenha tais ou quais habilidades para o magistério, e queira exercê-lo. O número total dos discípulos de ambos os sexos é de 400. Há mais algumas escolas particulares.

Há uma sofrível aula de latim na capital e outra que pouco ou nada aproveita na vila de Poconé, esta criada por Lei Provincial; um Liceu de ensino secundário que não vejo possibilidade de organizar-se. Foram também decretadas pela Assembléa Provincial, uma cadeira de Filosofia Racional e Moral e outra de Teologia; para esta não apareceu até agora pretendente; aquela dói regida por um pouco tempo por um moço que por insinuação indireta minha, pediu a demissão, que aliás ter-lhe-ia dado por estar por estar convencido de que lhe faltava vontade e aptidão para bem desempenhar as suas obrigações.

Aos meninos do Arsenal de Guerra tem bastantemente aproveitado o ensino de desenho por um pintor do mesmo arsenal, que está em véspera de partir para a Corte por ter-se concluído o prazo de seu engajamento.

Não existe estabelecimento algum literário ou científico e não há elementos nem disposições para criações de tal natureza.

**AGRICULTURA** – Nenhum melhoramento notável se há introduzido neste ramo. Os meios empregados para cultivar a terra são os mesmos que pelo tempo passado, e não há empenho em obter produtos novos, embora um ou outro indivíduo faça germinar, como objeto de curiosidade, sementes novas enviadas da Corte pelo Governo ou particulares. As árvores que fornecem madeiras de construção e de marcenaria, vão se derrubando sem que se cuide na sua reprodução. O elevado preço que se conservam os gêneros indispensáveis para a subsistência como o milho, a mandioca, o arroz e o feijão, denuncia que a lavoura mal chega para as necessidades do país. Tem relativamente maior desenvolvimento a cultura da cana e a preparação de seus produtos, se bem que sejam desconhecidas as inovações que em outras partes têm melhorado esta preparação. Há pouco tempo que apenas dois ou três engenhos principiaram a fazer uso de moendas de ferro, e nenhum processo novo há introduzido no fabrico de açúcar e na destilação de aguardente. Consome-se nesta cidade bastante chá e café; entretanto que aquele é todo importado de fora da Província, e o preço deste oscila entre 10\$ e 20\$000 rs a arroba, preço exorbitante, atendendo-se à facilidade e pouco dispêndio com que se pode cultivar.

A cultura do algodão poderia ser proveitosa se houvesse meios baratos de exportar os seus produtos; o fumo poderia também fazer um vantajoso ramo com as províncias argentinas se estivesse franca a comunicação com elas.

Dos produtos espontâneos da terra se aproveita como objeto de

especulação, a extração da poaia.

Um médico francês que há pouco veio do Paraguai, e me foi recomendado pelo nosso Encarregado de Negócios em Assunção, tem-se ocupado da extração da quina, que diz ser abundante e de boa qualidade, e tem feito algumas remessas para o mercado do Rio de Janeiro. O resultado mostrará se pode isto constituir um ramo de produção aproveitável. Cumpre dizer que há cinqüenta anos, iguais ensaios se fizeram, que deram muitas esperanças, mas não progrediram.

**INDÚSTRIA** – Não existe estabelecimento algum industrial de produção digno de menção, suposto haja um ou artista mais ou menos hábil. Excetuando os móveis de madeira, alguns grosseiros vasos de barro e alguns tecidos de algodão confeccionados pelos processos da arte na sua infância, tudo quanto é preciso para uso da vida, vem de fora.

**MINERAÇÃO** – Ainda não chegaram os agentes da Companhia de Mineração, que no decurso do ano passado, formou na Corte, e talvez reanime a quase extinta indústria mineira. Desde bastante tempo é de pouca importância a quantidade anualmente extraída de ouro e de diamante, única mineração a que haja quem se aplique. De alguns anos a esta parte se prepara em alguns pontos da fronteira do Baixo Paraguai, sal da terra, que tem feito baixar o preço e diminuir a importação deste artigo de primeira necessidade.

**POPULAÇÃO** – Não me há sido possível colher informações um tanto exatas acerca da população e do seu movimento. Os mapas que existem feitos a esmo a respeito de muitas localidades não me parecem merecer confiança. É de esperar que alcançarão resultados mais completos e dignos de fé os trabalhos de censo mandados organizar pelo decreto n. 794 de 18 de junho do ano findo.

**CATEQUESE** – Em ofício n. 20 de 20 de dezembro de 1848, esta Presidência remeteu à Secretaria de estado a cardo de V. Excia., um Relatório do Diretor Geral dos Índios contendo informações a respeito das diversas nações indígenas que existem nesta Província. Conformente com essas informações não tendo dados positivos para ampliá-las ou modificá-las, e passo a tratar dos índios que já têm um princípio de civilização.

A mais importante aldeia é a dos Kinikinaus, tribo da nação Guaná, situada no lugar de Mato Grande, três léguas distantes de Albuquerque, no Distrito do Baixo Paraguai. Entreguei exclusivamente sua direção ao

missionário capuchinho frei Mariano de Bagnaia, que com zelo se emprega neste exercício. Erigiu ali uma Capela sob invocação de N.S. do Bom Conselho, e instalou uma escola de ensino primário em que entraram logo trinta meninos, e para a qual enviei há pouco um mestre e os precisos utensílios. Mandeí também remeter para a mesma aldeia uma tenda completa de ferreiro. Esses índios empregam-se na lavoura e ocasionalmente em tripular canoas dos particulares que viajam por aquele Distrito. Ao outro missionário, frei Antonio de Molinetto, pretendia incumbir a direção de uma aldeia de Terenas, outra tribo da nação Guaná, nas imediações de Miranda. Porém tendo ele vindo a esta cidade há poucos meses, sucedeu vir também o principal cacique e mais alguns indivíduos dos Cadiuéus, tribo dos Guaicurus, que mostraram-se dispostos a receber a catequese do dito missionário.

Sem embargo de não ter confiança nesses índios pelo conhecimento que tenho da sua má fé e característica inconstância, julguei não dever desprezar a boa disposição que mostraram e nos seria de grande proveito se persistissem nela, pois, livrar-nos-ia do comprometimento em que nos envolvem os mesmos índios e as correrias que fazem na vizinha República. O missionário e o cacique regressaram ao mesmo tempo para o Baixo Paraguai, e determinei co Comandante Geral da Fronteira que desse as providências ao seu alcance para facilitar a instalação do mesmo missionário entre os Cadiuéus. Receando, porém, que todas as diligências fossem baldadas, recomendei ao mesmo comandante que em tal caso procurasse reunir na vizinhança de Coimbra ou Albuquerque alguns Chamacocos e os entregasse à direção do dito frei Antonio, na esperança de que outros indivíduos da mesma nação venham dar incremento a este novo estabelecimento; e finalmente, não se podendo levar isto a efeito, determinei que se cuidasse do aldeamento dos Terenas em Miranda. Esses dois missionários carecem por ventura do fervoroso zelo que os perigos e as fadigas não fazem esfriar, mas são morigerados e podem prestar úteis serviços. Havia entre eles e o finado Diretor Geral alguma desinteligência que deu lugar provavelmente à representação a que V. Excia. alude no seu Aviso de 26 de setembro último, a que dou neste ofício a devida resposta.

Há em Albuquerque uma aldeia de índios Guaicurus e outra de Guanás, que vivem entregues à direção do único diretor que existe nesta Província e foi nomeado pelo meu antecessor. Existem em Miranda algumas aldeias de Guaicurus e Guanás semi-domesticados, entregues a si sob a vigilância das autoridades militares e policiais.

O mesmo se dá com os índios Caiapós na vizinhança da freguesia de

Santana do Paranaíba e no destacamento do Piquiri. Os Guatós vagueiam pescando e caçando pelos rios S. Lourenço e Paraguai e baías adjacentes, têm conosco freqüentes e familiares relações, mas não têm disposição alguma a aldeiares-se.

Os Bororos Cabaçais que infestavam outrora a estrada de Mato Grosso e submeteram-se há dez anos, habitavam o Registro do Jauru, onde dizimavam doenças endêmicas. Mandeí-os remover para lugar sadio como desejavam.

Os Bororos da Campanha vivem aldeiaidos na proximidade da fronteira boliviana.

Os Guaraíos que em grande número habitam a margem direita do Guaporé, mostravam-se segundo se diz, dispostos a domesticarem-se e teve princípio de execução em 1848 o projeto de os aldeiar no Pau Cerne; porém o meu antecessor Dr. Oliveira, entendendo que um novo estabelecimento nessas paragens, cujo domínio nos é contestado, podia ser sinistramente interpretado pelos bolivianos e tornar-se mais um motivo de desavenças, julgou pouco prudente prosseguir na execução do mencionado projeto, e eu penso da mesma maneira.

Quanto aos índios que por suas hostilidades nos inquietam, o que tenho a dizer seria a repetição do que expuz ao Sr. Ministro da Justiça em dois ofícios, cujas cópias levo inclusas ao conhecimento de V. Excia.

Cabe aqui repetir o que já tive a honra de dizer a V. Excia. que, na minha humilde opinião, não se pode nesta Província executar o Regulamento do Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845, pela impossibilidade de encontra-se quem desempenhe as obrigações que o dito Regulamento prescreve aos diretores e empregados subalternos das aldeias.

Não obstante haver manifestado oficialmente esta mesma opinião, meu imediato antecessor nomeou dois diretores, um dos quais não aceitou a nomeação, e eu absteve-me de fazer outras e as não pretendo fazer, salvo se alguma circunstância excepcional a isto me induzir, o que me pareceu pouco impossível.

**COLONIZAÇÃO** – A não haver ocorrências extraordinárias como a descoberta de novas e ricas minas, não é de esperar que emigrantes estrangeiros venham aumentar de um modo sensível a população desta Província, enquanto nas outras, e mormente nas do litoral do Império, houver terrenos que possam aproveitar tais emigrantes.

Porém, não é raro que moradores de S. Paulo e de Minas vendam os estabelecimentos rurais que possuem e entranhando-se pelos sertões

procurem lugares azados para formarem outros. É assim que se tem povoado a freguesia de Santana do Paranaíba e vão-se povoando os campos da Vacaria e as margens do rio Ivinhema e seus afluentes no Distrito de Miranda.

Existiram outrora, na margem direita do rio Madeira, nos lugares do Ribeirão e do Salto, povoações a que não faltavam elementos de prosperidade que lhes ofereciam terrenos férteis, abundância de caça e de pesca, e a colheita dos produtos vegetais espontâneos que constituem parte da riqueza do Pará. Esperavam os fundadores a boa disposição dos índios Caripunas dos Pamos que habitam na vizinhança dos referidos lugares faria com que se aldeassem, e incitaria outras nações a seguirem o seu exemplo; do que tudo devia resultar grande vantagem para a navegação do Pará para Mato Grosso, que acharia nesses pontos socorros de mantimentos e mesmo de gente.

Hoje, nem vestígios restam de tais estabelecimentos. Mais recentemente, no lugar do Salto Augusto, sobre a margem do rio Juruena, deu-se princípio de uma povoação para cujo crescimento contou-se e devia-se contar com a numerosa e semi-civilizada nação dos Apiacás. Esta povoação prometia aos seus habitantes as mesmas vantagens que as já mencionadas, e se tivesse progredido teria sido de muitíssima importância para a navegação a vila do Diamantino, desta Província para o Pará.

Foi, porém, logo abandonada. Creio que seria de muito proveito fundarem-se nos citados lugares Presídios militares que com bastante gente e bem providos de todo o necessário, pudessem prometer duração.

Porém, para isso esta Província não só carecia de meios pecuniários, como de gente e particularmente de homens idôneos, criadores e animosos, que não duvidem sujeitar-se a privações e fadigas, para depois de alguns anos colherem vantagem para si ou para os seus.

E sem esta condição receio que sejam baldadas as tentativas que se fizerem. Considerando que ferramentas de lavoura, armas e munições e outros objetos de grande peso têm de constituir em grande parte a despesa, persuado-me que se o Governo Imperial resolvesse fazer expedições que partissem da Província do Pará, onde com muito maior economia podem-se obter esses objetos; ali também haviam de, com mais facilidade, encontrar-se os precisos de carpinteiros, ferreiros e pedreiros.

Poderá também haver a conveniência em fundarem-se colônias militares em alguns pontos da fronteira; mas julgo que seria imprudência enquanto a questão de limites com Estados vizinhos não tiver definitiva

solução.

**SAÚDE PÚBLICA** – A epidemia do sarampo no fim de um período de trinta anos, reapareceu no decurso do ano findo e estendeu-se sobre toda esta Província; foi, porém, de caráter benigno, e muito poucos foram os doentes que sucumbiram.

As febres endêmicas que afligem os Distritos do Diamantino e Mato Grosso não apresentaram notável recrudescência. Entretanto, vão-se despovoando aqueles lugares, e não vejo que remédio se possa aplicar para obstar a sua decadência.

A vacina foi há coisa de um ano aplicada com proveito, tendo produzido efeito o pus vacínico enviado em tubos capilares. O impulso que se deu à vacinação foi amortecido pela invasão do sarampo, e depois de passado este tem revigorado, sendo ineficazes as recomendações do Governo para vencer o descuido da população em premunir-se contra uma calamidade aliás até agora desconhecida nesta Província.

**ESTABELECIMENTO DE CARIDADE** – O único que existe é a Santa Casa de Misericórdia desta capital, cujo patrimônio consiste em títulos da Dívida Pública e em dois prédios urbanos; sendo a renda total de Rs. 4:509\$120 anualmente. No seu hospital existem presentemente 9 homens e 5 mulheres, e no Lazareto, 12 homens e 8 mulheres.

**NAVEGAÇÃO INTERNA** – A navegação para a Província de S. Paulo pela via de Camapuã não é mais freqüentada. Tem-se-lhe substituído o trânsito pelos rios de Miranda e Ivinhema e seus afluentes e o varadouro entre o Nioac e Brilhante.

É muito de rexear que o falecimento do major João José Gomes, encarregado da inspeção das obras que o Governo Imperial tem mandado fazer no dito varadouro, faça parar o andamento das mesmas obras. Em ofício n. 68 de 9 de outubro último, participei as providências que dei logo que tive notícia desse triste e ainda não fui informado delas.

Entretanto, dos seis contos de réis destinados para as mencionadas obras, quatro ainda existem nos Cofres da Tesouraria, e se não dependerão sem que haja probabilidade de serem proficuamente empregados.

A principal utilidade desta via de comunicação é, a meu ver, de atrair moradores nos terrenos, até há pouco desertos, que formam a bacia do rio Ivinhema. Servirá também para abastecer o Distrito do Baixo Paraguai, de ferramentas e outros artigos que geralmente, se bem que com pouca

propriedade, se compreendem sob a denominação de molhados; e outrossim, para prover os estabelecimento militares do mesmo Distrito, das armas, projéteis e munições que provavelmente seriam conduzidos por esta via, com menos dispêndio do que pelo caminho terrestre da Corte para esta cidade. A quase completa cessação da navegação de Mato Grosso para o Pará é consequência natural da decadência daquele Distrito. Continua a navegação entre a vila do Diamantino e a cidade de Santarém pelos rios Arinos, Juruena e Tapajóz, porém em mui pequena escala, o que em parte atribuo a ter cessado a necessidade da importação do sal que vinha por esta via.

Em 1848 foi posta à disposição da Câmara do Diamantino a quantia de 4:500\$000 que o Governo Imperial consignara para o melhoramento da dita navegação.

Um conto e quinhentos mil réis gastaram-se com efeito na construção de um varadouro entre os rios Arinos e Cuiabá, por onde transitaram algumas canoas e respectivas cargas.

Exigi conta do emprego dos três contos restantes e depois de alguma demora e tergiversação, a mencionada Câmara declarou-me que o empresário a quem ela incumbira de aplainar alguns obstáculos nas cachoeiras, não havia ainda podido ocupar-se disto, e enviou-me um termo pelo qual prorrogava por dezoito meses o prazo concedido ao dito empresário para a conclusão das obras projetadas.

Persuadido de que em nada aproveitaria esta prorrogação, não quis aprová-la e determinei que os três contos fossem recolhidos à Tesouraria. Entendo que módicas quantias podem ser empregadas com proveito em melhorar os varadouros e destruir um ou outro obstáculo isolado; mas o melhoramento do trânsito das cachoeiras depende de trabalhos hidráulicos que devem ser dirigidos por homens peritos e exigem um número de braços tanto maior quanto são precisos operários subsidiários, como carpinteiros, ferreiros, etc, e é necessário também prover a subsistência, segurança e transporte dos trabalhadores num vastíssimo sertão.

Tamanha e tão dispendiosa empresa parece-me deve ser reservada para um futuro ainda distante.

Na atualidade o que mais carecem os navegantes é de, na larga e deserta carreira que têm de percorrer, encontrar um ou outro ponto onde possam prover-se de mantimentos, consertar as canoas arruinadas ou substituí-las por outras, e reparar também as perdas que a deserção e as doenças possam ter causado nos tripulantes.

Neste sentido, a fundação de um presídio militar no Salto Augusto,

de que acima fiz menção a V. Excia., seria da maior importância e utilidade.

Quanto à comunicação com o Atlântico por via do rio Paraguai, não tem outros obstáculos além dos que nascem da questão política que parece estar em vésperas de decidir-se; que ao sargento comandante do Destacamento do Piquiri, que serve de agente entre esta cidade e Santana, se abonasse uma módica gratificação.

Quanto às outras agências, são de importância muito secundária, e se interromper o serviço por falta de agentes, fá-lo-ia continuar por paradas expedidas aos comandantes militares ou às autoridades municipais ou policiais dos respectivos lugares, no que há em verdade alguns inconvenientes, mas não de maior monta.

Já pedi ao Presidente da Província de S. Paulo que se interessasse para que o serviço do correio entre a vila da Constituição e a freguesia de Santana se fizesse com a possível prontidão e regularidade.

**OBRAS PÚBLICAS** – Pouco tenho que acrescentar ao que disse a V. Excia. em ofício n. 23 de 13 de maio do ano findo, a respeito das estradas gerais desta Província.

Tendo de efetuar-se o transporte de quatro peças de artilharia do peso de mais de cem arrobas cada uma, da ponte do Guaporé para o Registro do Jauru, foi preciso previamente preparar essa porção da estrada de Mato Grosso, que tem quase trinta léguas de extensão, e acha-se intransitável para veículos puxados por bois. Fez-se esse serviço com praças dos Distritos Militares de Mato Grosso e Vila Maria sem dispêndio algum extraordinário, além da diminuta quantia de duzentos e tantos mil réis, que foram pagos pela Repartição da Guerra.

As peças chegaram ao seu destino e ficou em muito bom estado a referida porção da estrada. Sente-se, porém, a necessidade de igual serviço, se bem que em menor extensão, na mata além da ponte do Guaporé. Na mesma estrada de Mato Grosso, entre Vila Maria e esta cidade, há uma mata de mais ou menos meia légua de largura, compreendida entre dois caudalosos ribeirões, a qual se torna um verdadeiro lago na estação chuvosa e um imenso atoleiro na da seca; é muito preciso descortiná-la, fazer nela alguns aterrados e pontilhões e prover a passagem dos mencionados ribeirões; e não há motivos nem pretextos para empregar nisto a força militar.

Na estrada daqui para a Corte, fez-se a ponte do Aricá de que tratei em meu ofício n. 52 de 31 de julho do ano passado, que mereceu a aprovação de V. Excia. Da consignação de quatro contos que para isso

se aplicou, sobraram um conto e duzentos e tantos mil réis, que terei considerado se não desperdicem.

Na mesma estrada em distância de uma légua desta cidade há muita precisão de uma ponte sobre o rio Coxipó para a qual já existem alguns materiais prontos.

Tomo a liberdade de repetir à V. Excia. o que disse no citado ofício n. 23, que para as mencionadas obras e as mais de que trata o mesmo ofício, podem ser com muita utilidade dependidos anualmente oito ou dez contos de réis.

Consignações ainda mais módicas não deixarão de ser aproveitáveis e confio que serão convenientemente aproveitadas.

Ainda ousarei acrescentar que a não serem destinadas as consignações a obras especialmente determinadas pelo Governo Imperial, como o varadouro entre os rio Nioac e Brillhante, conviria que viessem designadas sob a rubrica de Obras Públicas, ou sob a rubrica mais de Vias de Comunicação, a fim de ter a Presidência a faculdade de acudir às necessidades que lhe parecerem mais urgentes, e podem manifestar-se sem terem sido previstas, com suficiência antecipação para serem presentes ao Governo.

Deus guarde à V. Excia.

Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 13 de janeiro de 1852.

Ilmo e Exmo Sr. Senador Visconde Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Augusto Leverger

## 6- DIÁRIO PRIVADO DO CHEFE DE ESQUADRA AUGUSTO LEVERGER RELATIVO AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1865

### JANEIRO

1- Grande trovoadas. Queda da cimalha do Quartel e das Armas Nacionais. Queda do escudo do V. Cônsul do Uruguai.

6- De tarde chega o vapor Corumbá. Traz a notícia de ter sido Coimbra atacada pelos paraguaios nos dias 27 e 28 de dezembro e evacuado pela guarnição por falta de cartucho e sem ter perdido um só homem, na noite de 28, embarcando-se todos no vapor *Anhambahy* sem serem inquietados pelos inimigos.

7- Vou ao Palácio. Converso com um desertor paraguaio que me diz